



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XII (.ª)
- PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Benefícios fiscais concedidos à empresa EarthLife – Novas Tecnologias para as Energias Renováveis

Destinatário: Ministério da Economia

Exmº. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em 2010, o Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 70/2010, concedeu uma série de benefícios fiscais à empresa EarthLife – Novas Tecnologias para as Energias Renováveis, empresa que tinha Ludgero Marques como principal acionista.

Na Resolução do Conselho de Ministros acima referido, o Governo de então decidiu isentar esta empresa de imposto de selo e decidiu aplicar benefícios fiscais em sede de IRC, pressupondo-se um investimento de 27.884.551€.

De referir ainda que, ao abrigo do QREN, foi aprovado um financiamento comunitário a este projeto no montante de 12.174.250€.

Acontece que este projeto nunca aconteceu e esta empresa não criou um único posto de trabalho. Em 2013 o Governo decidiu resolver unilateralmente o contrato estabelecido com esta empresa por incumprimento por parte da mesma. Com esta resolução a empresa ficava obrigada a devolver todos os benefícios fiscais de que tinha usufruído.

Importa perceber se o Estado foi efetivamente ressarcido, ou seja, se a empresa devolveu todo o dinheiro dos benefícios fiscais de que tinha usufruído. É ainda importante perceber se alguma verba do QREN foi transferida para esta empresa e, no caso de tal ter acontecido, se as mesmas foram devolvidas, tendo em conta o incumprimento da empresa.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Economia, as seguintes questões:

1. Qual o montante de benefícios fiscais concedidos e usufruídos pela empresa EarthLife – Novas Tecnologias para as Energias Renováveis?
2. Esses benefícios foram devolvidos ao Estado?
3. Foi transferido para esta empresa alguma verba concedida ao abrigo do QREN?
4. Em caso afirmativo, a empresa devolveu essa verba?



Bloco de Esquerda

Palácio de São Bento, 12 de junho de 2017.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

O deputado
Moisés Ferreira